CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 69/2015

Projeto considerado Objeto de deliberação.
Garça, 05 de outubro de 2015

PRESIDENTE

ALTERA A LEI Nº 4.994/2015, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (ZONA AZUL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ISENTANDO DO PAGAMENTO DA TAXA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO AS VAGAS DESTINADAS AOS IDOSOS E DEFICIENTES.

A Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

Art. 1º O §2º do art. 3º da Lei nº 4.994/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º
(...)
§2º Será concedida a isenção nos seguintes casos:

I. Veículos pertencentes à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que estejam devidamente identificados;
II. Veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia e as ambulâncias, desde que em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentares de iluminação vermelha intermitente; e
III. Táxis, desde que não ultrapassem o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, devendo estar devidamente identificados e com o pisca ligado.
IV. As vagas reservadas aos idosos e deficientes".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

S. Sessões, 1º de outubro de 2015.

VALDEMAR ZIMIANI
VEREADOR

Câmara Municipal de Garça
www.cmgarca.sp.gov.br
Protocolo N.º 44470
Projeto de Lei 0069-2015
01/10/2015 14:10:52
Antonio Marcos Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe alterar a Lei Municipal nº 4.994/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (zona azul).

A alteração visa garantir aos idosos e deficientes, dentro das vagas que lhes são proporcionadas, a isenção do pagamento de tarifa.

Quanto aos idosos a medida é justa pois se trata de pessoas que, em sua maioria, já contribuíram com seu trabalho para com o município, estando aposentados, percebendo um benefício baixo, além de possuírem muitos gastos para o sustento de sua família.

No que diz respeito aos deficientes, cabe destacar que são pessoas que a cada dia eliminar mais obstáculos e ampliar a acessibilidade aos locais públicos, pois conduzem muitas vezes automóvel próprio, devidamente adaptado às suas reais condições, permitindo a locomoção e demanda reprimida ou insuficiência de transporte público adequado. A cobrança do estacionamento rotativo é mais um óbice criado à pessoa com deficiência física, sendo um ônus a mais além daqueles já existentes com gastos pessoais para tratamentos médicos, objetivando alcançar melhor qualidade e condição de vida, face às suas limitações.

Portanto, pedimos a compreensão e o distinto apoio de Vossas Excelências, para que a presente propositura seja prontamente acolhida, analisada e favoravelmente concluída pelo douto Plenário.

S. Sessões, 1º de outubro de 2015.

VALDEMAR ZIMIANI
VEREADOR

Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER/PJCMG N° 053/2015
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 013/2015
INTERESSADO: Comissão de Constituição, Justiça e Redação
ASSUNTO: Isenção do pagamento da tarifa de estacionamento regulamentado

I. Parecer sobre Projeto de Lei nº 069/2015, que "Altera a Lei Municipal n° 4.994/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (Zona Azul)".
II. Presença de vícios de inconstitucionalidade por afronta aos artigos 5º, 24, § 2°, 47, II, e 144, todos da Constituição Estadual.
III. Vício de iniciativa. Ingerência do Poder Legislativo na atividade administrativa do Poder Executivo, relativamente ao serviço público de estacionamento regulamentado.

Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Srs.(a) Vereadores(a),

Chega a esta Procuradoria Jurídica, para parecer, o incluso Projeto de Lei n° 069/2015, que *"Altera a Lei Municipal n° 4.994/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (Zona Azul)".*

É a síntese do necessário.
Passo a opinar.

Inicialmente, urge destacar que presente parecer é prolatado em face do que dispõe o §3° do artigo 63 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Garça, senão vejamos:

> ***Art. 76.*** *É da competência específica:*
> *I – Da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:*
> *a) manifestar-se,* ***com auxílio da Procuradoria Jurídica da Câmara****, via parecer, quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa de todas as proposições que tramitarem pela Câmara, ressalvados a proposta orçamentária e os pareceres do Tribunal de Contas.– g.n.*

Pois bem.

O incluso Projeto de Lei tem autoria do Vereador Valdemar Zimiani, o qual objetiva alterar o §2° do artigo 3° da Lei Municipal n° 4.994/2015, de modo a estender as hipóteses de isenção da tarifa de estacionamento regulamentado (Zona Azul) aos idosos e deficientes físicos.

Conforme as disposições regimentais da Câmara Municipal de Garça (Art. 76, inciso I), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, dentre outras atribuições, manifestar-se quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa de todas as proposições que tramitarem pela Câmara.

Por sua vez, o artigo 193 do Regimento Interno, em seu parágrafo único, enumera os requisitos para apresentação dos projetos, *in verbis*:

> ***Art. 193*** *(...)*
> ***Parágrafo único.*** *São requisitos para apresentação dos projetos:*
> *a) enunciação exclusivamente da vontade legislativa;*
> *b) divisão em artigos numerados, claros e concisos;*
> *c) menção da revogação das disposições em contrário, quando for o caso;*
> *d) assinatura do autor;*
> *e) justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentem a adoção da medida proposta;*
> *f) observância, no que couber, ao disposto no art. 187 deste Regimento.*

O Projeto de Lei em análise atende à tais exigências regimentais. A proposição contém ementa elucidativa do seu objetivo. Está assinado pelo autor e se faz acompanhar de justificativa, por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta, expondo a vontade legislativa. Ademais, quanto à numeração dos artigos, observa-se o cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 193 do RI.

Por outro lado, no que tange a competência legislativa do Município sobre o tema, está claro que a propositura em análise não ofende a **repartição constitucional de competências**, posto que a matéria versa sobre assunto de interesse local, relativamente ao estacionamento regulamento municipal, conforme disciplinado pelo artigo 30, incisos I, da Constituição Federal, senão vejamos:

> ***Art. 30.*** *Compete aos Municípios:*
> *I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Na mesma esteira, o artigo 8°, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, outorga ao Município a prerrogativa de legislar e prover tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população, inclusive sobre a organização e execução dos serviços públicos de interesse local, *verbis*:

> ***Art. 8º*** *Ao Município cabe legislar e prover tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*
> *(...)*
> ***V - Organizar e prestar, prioritariamente, por administração direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, inclusive os de transporte coletivo, que tem caráter essencial;***

Todavia, em face da iniciativa para se deflagrar o processo legislativo, o Projeto de Lei se mostrou verticalmente incompatível com a Constituição do Estado de São Paulo, especialmente com os seus artigos 5º, 24, § 2º, 47, II, e 144, os quais dispõem o seguinte:

> ***Art. 5º*** *São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*
>
> ***Art. 24*** *(...)*
> ***§ 2º*** *- Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:*
> *(...)*
> *2 – criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX;*
>
> ***Art. 47.*** *Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:*
> *(...)*
> *II – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;*
>
> ***Art. 144.*** *Os Municípios, com autonomia, política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.*

Na mesma linha, a Lei Orgânica do Município de Garça, em seus artigos 2°, 59, §3°, e 78, II, dispôs sobre a independência e harmonia entre os poderes, além das regras de iniciativa dos projetos de lei, senão vejamos:

> ***Art. 2º*** *O Governo Municipal será exercido pela Câmara de Vereadores, com função eminentemente legislativa, e pelo Prefeito, com função substancialmente administrativa, observados os princípios da harmonia e da independência dos Poderes.*
>
> ***Art. 59.*** *(...)*
> *§ 3º São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:*
> *(...)*
> *III - Criem, alterem, estruturem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional.*

> ***Art. 78*** *Compete, privativamente, ao prefeito:*
> *(...)*
> *II - Exercer, com o apoio dos auxiliares diretos, a direção superior da administração local;*

Luís Roberto Barroso afirma que *"haverá inconstitucionalidade formal propriamente dita se determinada espécie normativa for produzida sem a observância do processo legislativo próprio"*. E, sobre o vício de iniciativa, leciona:

> *"O processo ou procedimento legislativo completo compreende iniciativa, deliberação, votação, sanção ou veto, promulgação e publicação. O vício mais comum é o que ocorre no tocante à iniciativa das leis. (...)* ***somente o titular da competência reservada poderá deflagrar o processo legislativo naquela matéria.*** *Assim, se um parlamentar apresentar projeto de lei criando cargo público, modificando o estatuto da magistratura ou criando atribuições para o Ministério Público, ocorrerá inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa".* (BARROSO, Luís Roberto. O Controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009; p. 27)

No caso concreto, o Projeto de Lei estende a isenção do estacionamento rotativo às vagas reservadas aos idosos e deficientes físicos, o que configura matéria tipicamente administrativa. Em outras palavras, sendo o objeto da lei de índole estritamente administrativa, caberia somente ao Prefeito Municipal deflagrar o respectivo processo legislativo.

Em caso análogo ao examinado, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou inconstitucional a Lei n° 7.510/2011, de iniciativa de Vereador do Município de Presidente Prudente, tendo vista a ocorrência de vício de iniciativa e violação da separação dos poderes, pois tinha por finalidade instituir estacionamento rotativo gratuito, *in verbis:*

> *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE -* ***LEI Nº 7.510/11, DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, QUE ALTERA LEI DE"ZONA AZUL" PARA INSTITUIR ESTACIONAMENTO ROTATIVO GRATUITO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - VÍCIO DE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES*** *- INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. 1. A lei acrescenta artigo à lei de "Zona Azul" do Município para instituir o estacionamento rotativo gratuito por 15 minutos, com demarcação de vagas, o que configura matéria tipicamente administrativa. Em outras palavras, sendo o objeto da lei de índole estritamente administrativa, caberia somente ao Prefeito deflagrar o respectivo processo legislativo. 2. Tratando-se de isenção, inegavelmente há renúncia a receita municipal, sendo certo que no caso dos autos não há qualquer disposição a respeito dos recursos disponíveis que fariam frente a essa diminuição. 3. Ação procedente.* (TJ-SP - ADI: 0053840-

42.2011.8.26.0000, Relator: Artur Marques, Órgão Especial, Julgamento: 02/05/2012, Publicação: 15/05/2012) –g.n.

Na mesma linha já decidiu o Colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

> *"(...) **o gerenciamento dos serviços públicos municipais cabe à Administração Pública, a qual é dotada dos instrumentos e recursos para, mediante critérios de discricionariedade autorizados pela lei, analisar a conveniência e oportunidade de medidas concernentes ao sistema de estacionamento adotado pelo Município.** Portanto, está patente a ofensa do Legislativo Municipal (...) ao princípio da separação dos poderes, por usurpação de competência".* (TJ/SP, ADI: 0053840-42.2011.8.26.0000, Rel. ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO, Julgado:18/11/2009)

Ou seja, verifica-se a ocorrência de invasão do Poder Legislativo na competência administrativa, afeita ao Chefe do Poder Executivo, vez que é dele a condução das políticas públicas de acessibilidade e proteção à população idosa, cabendo ao Alcaide o exame da conveniência e oportunidade do estacionamento rotativo gratuito nestes casos.

Ante o exposto, em que pesem os elevados propósitos que inspiraram o Projeto de Lei, evidente a ocorrência de vício de iniciativa, motivo pelo qual a propositura esbarra nos comandos constitucionais dispostos nos artigos 5º, 24, § 2º, 47, II, e 144, todos da Constituição Estadual, além de afrontar os artigos 2°, 78, II e 59, §3°, da Lei Orgânica Municipal.

É o parecer.

Garça/SP, 20 de novembro de 2015.

RAFAEL DE OLIVEIRA MATHIAS
Procurador Jurídico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PROJETO DE LEI CM Nº 69/2015. PARECER Nº 103/2015

Relatório

É da lavra do nobre vereador Valdemar Zimiani o Projeto de Lei nº 69/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (zona azul) e dá outras providências, isentando do pagamento da tarifa de estacionamento rotativo as vagas destinadas aos idosos e deficientes.

Tal proposição veio a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em obediência ao Regimento Interno da Câmara da Casa, para a análise de seus aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa.

Como de estilo, o Projeto em comento foi encaminhando à Procuradoria da Casa para análise, a qual redundou na emissão de Parecer contrário à propositura, que conclui que:

> *[...] em que pesem os elevados propósitos que inspiraram o Projeto de Lei, evidente a ocorrência de vício de iniciativa, motivo pelo qual a propositura esbarra nos comandos constitucionais dispostas nos artigos 5º, 24, §2º, 47, II, e 144, todos da Constituição Estadual, além de afrontar os artigos 2º, 78, II e 59, §3º, da Lei Orgânica Municipal.*

A Presidente avocou a relatoria para exarar o Parecer vencedor.
É o relatório.

Voto da Relatora

No que tange a competência legislativa do Município sobre o tema a propositura não ofende a repartição constitucional de competências, posto que a matéria versa sobre assunto de interesse local, relativamente ao estacionamento regulamento municipal, conforme disciplinado pelo artigo 30, incisos I, da Constituição Federal.

No entanto, quando analisado o poder de inciativa para deflagrar o processo legislativo, a matéria apresenta-se verticalmente incompatível com a Constituição do Estado de São Paulo, especialmente com os seus artigos 5º, 24, § 2º, 47, II, e 144, os quais dispõem o seguinte:

> ***Art. 5º*** *São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*
> ***Art. 24*** *(...)*
> ***§ 2º*** *- Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:*
> *(...)*
> *2 – criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX;*
> ***Art. 47.*** *Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:*

> *(...)*
> *II – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;*
> ***Art. 144.*** *Os Municípios, com autonomia, política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organização por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.*

Na mesma linha, a Lei Orgânica do Município de Garça, em seus artigos 2°, 59, §3°, e 78, II, dispôs sobre a independência e harmonia entre os poderes, além das regras de iniciativa dos projetos de lei:

> ***Art. 2º*** *O Governo Municipal será exercido pela Câmara de Vereadores, com função eminentemente legislativa, e pelo Prefeito, com função substancialmente administrativa, observados os princípios da harmonia e da independência dos Poderes.*
> ***Art. 59.*** *(...)*
> *§ 3º São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:*
> *(...)*
> *III - Criem, alterem, estruturem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional.*
> ***Art. 78*** *Compete, privativamente, ao prefeito:*
> *(...)*
> *II - Exercer, com o apoio dos auxiliares diretos, a direção superior da administração local;*

No caso concreto, o Projeto de Lei estende a isenção do estacionamento rotativo às vagas reservadas aos idosos e deficientes físicos, o que configura matéria tipicamente administrativa. Em outras palavras, sendo o objeto da lei de índole estritamente administrativa, caberia somente ao Prefeito Municipal deflagrar o respectivo processo legislativo.

Em caso análogo ao examinado, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou inconstitucional a Lei n° 7.510/2011, de iniciativa de Vereador do Município de Presidente Prudente, tendo vista a ocorrência de vício de iniciativa e violação da separação dos poderes, pois tinha por finalidade instituir estacionamento rotativo gratuito, *in verbis:*

> *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 7.510/11, DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, QUE ALTERA LEI DE"ZONA AZUL" PARA INSTITUIR ESTACIONAMENTO ROTATIVO GRATUITO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - VÍCIO DE INICIATIVA E VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - INVASÃO DE COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. 1. A lei acrescenta artigo à lei de "Zona Azul" do Município para instituir o estacionamento rotativo gratuito por 15 minutos, com demarcação de vagas, o que configura matéria tipicamente administrativa. Em outras palavras, sendo o objeto da lei de índole*

estritamente administrativa, caberia somente ao Prefeito deflagrar o respectivo processo legislativo. 2. Tratando-se de isenção, inegavelmente há renúncia a receita municipal, sendo certo que no caso dos autos não há qualquer disposição a respeito dos recursos disponíveis que fariam frente a essa diminuição. 3. Ação procedente. (TJ-SP - ADI: 0053840-42.2011.8.26.0000, Relator: Artur Marques, Órgão Especial, Julgamento: 02/05/2012, Publicação: 15/05/2012).

Na mesma linha já decidiu o Colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"(...) o gerenciamento dos serviços públicos municipais cabe à Administração Pública, a qual é dotada dos instrumentos e recursos para, mediante critérios de discricionariedade autorizados pela lei, analisar a conveniência e oportunidade de medidas concernentes ao sistema de estacionamento adotado pelo Município. Portanto, está patente a ofensa do Legislativo Municipal (...) ao princípio da separação dos poderes, por usurpação de competência". (TJ/SP, ADI: 0053840-42.2011.8.26.0000, Rel. ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO, Julgado:18/11/2009).

Ou seja, há na matéria em análise patente invasão do Poder Legislativo na competência administrativa, atinente ao Prefeito, vez que é dele a condução das políticas públicas de acessibilidade e proteção à população idosa, bem como o exame da conveniência e oportunidade do estacionamento rotativo gratuito nestes casos.

Ante o exposto, voto pela inconstitucionalidade do Projeto por ferir o disposto nos artigos 5º, 24, § 2º, 47, II, e 144, todos da Constituição Estadual, além de afrontar os artigos 2°, 78, II e 59, §3°, da Lei Orgânica Municipal.

É o Parecer.

S. das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Patrícia Morato Marangão
Relatora

Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos o voto da relatora.

Francisco Chistóforo Junior
Membro

Paulo André Faneco
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

C E R T I D Ã O

ALEXANDRE DE ARAÚJO LAMATTINA, Diretor Legislativo da Secretaria da Câmara Municipal de Garça, Estado de São Paulo, nos termos da Portaria 1108/2015,etc.....

CERTIFICA, para os devidos fins e efeitos legais, que recebeu no dia 19 de outubro de 2015, um ofício fornecendo esclarecimentos sobre o estacionamento rotativo para deficientes e idosos, objeto de discussão do Projeto de Lei nº 69/2015.

É o que nos cumpre certificar.

Câmara Municipal de Garça, 19 de outubro de 2015.

- *ALEXANDRE DE ARAÚJO LAMATTINA* -
DIRETOR LEGISLATIVO

Visto:

- Adamir Maurício de Barros -
PRESIDENTE

Rua Barão do Rio Branco, 127/131 - Centro - CEP 17400-000 - Garça - SP
Telefone/Fax: (14) 3471-0950 / (14) 3471-1308
Site: www.cmgarca.sp.gov.br / email: camara@cmgarca.sp.gov.br

PATRULHA JUVENIL DE GARÇA

Entidade Filantrópica de Assistência Social

Rua: Baden Powell, 451 – Fone: (14) 3471-1630 – CEP 17400-000 Garça /SP

Ofício 122/2015

Garça, 19 de outubro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Adamir Maurício de Barros
Presidente da Câmara Municipal de Garça/SP

Assunto: **Estacionamento Rotativo para Deficientes e Idosos**

A Patrulha Juvenil de Garça, com sede na Rua Baden Powell, 451, na cidade de Garça/SP, por intermédio da superintendente executiva, infra-assinada, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor o que segue:

Com base nos registros internos, a condição anterior às mudanças onde muitos deficientes e idosos, com o direito à isenção da compra das cartelas, estacionavam seus veículos nas vagas reservadas e se esqueciam da finalidade da realização do rodízio de veículo e do direito da utilização da referida vaga aos demais idosos e deficientes.

Verificamos através de depoimentos que *"muitos motoristas, a fim de ludibriarem o sistema e se eximirem da compra das cartelas, se utilizam das vagas reservadas para idosos e deficientes por um longo período, beneficiando apenas a uma minoria".*

Antes das mudanças, diversas queixas chegaram ao nosso conhecimento, manifestando inclusive a sugestão em criar a cartela de R$ 1,00 sendo preferível efetuar o pagamento e ter o direito a vaga.

Ressaltamos que, após a implantação do novo funcionamento, tivemos o cuidado em consultar pessoas que utilizam diariamente destes espaços, a opinião foi unanime em manter desta forma, tendo em vista que a vaga já está garantida por direito, situação que anteriormente não acontecia.

Diante do exposto, reafirmamos ao Poder Legislativo que independente da atitude a ser tomada a mesma não agradará a todos, porém, *com o novo formato é notável a rotatividade dessas vagas, bem como a garantia e a utilização destas vagas reservadas aos idosos e deficientes.*

Ciente da preocupação e devida atenção despendida por esta **Casa** Legislativa, agradecemos os votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Márcia Cristina Praxedes
Superintendente Executiva

Câmara Municipal de Garça
www.cmgarca.sp.gov.br
Protocolo N.º 44700
Correspondências Recebidas 0142-2015
20/10/2015 09:30:27
Antonio Marcos Pereira

REQUERIMENTO

REQUEIRO AO SENHOR PRESIDENTE, EM CONFORMIDADE COM O ART. Nº 186, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO, O DESARQUIVAMENTO DO PROJETO Nº 69/2015 QUE ALTERA A LEI Nº 4.994/2015, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (ZONA AZUL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ISENTANDO DO PAGAMENTO DA TAXA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO AS VAGAS DESTINADAS AOS IDOSOS E DEFICIENTES.

S. SESSÕES, 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

VALDEMAR ZIMIANI

VEREADOR

= **CERTIDÃO** =

CERTIFICO que o Projeto de Lei nº 69/2015 mereceu das Comissões Permanentes da Casa seus pareceres, estando apto à discussão e votação. (Parecer pela Inconstitucionalidade)

FAÇO concluso a V. Exa. o citado Projeto de Lei ao Sr. Presidente.

Câmara Municipal de Garça, 03/03/2016.

= Alexandre de Araújo Lamattina =
Diretor Legislativo

= **DESPACHO** =

Saneado o processo. Determino à Secretaria sua inclusão na Ordem do Dia da 6ª S.O/2016, para sua única discussão e votação.

Câmara Municipal de Garça, 03/03/2016.

= Adamir Maurício de Barros =
Presidente

---------- PODER LEGISLATIVO ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE MARÇO DE 2016, A PARTIR DAS 19:30H

ITEM I – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluindo pela Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 69/2015, de autoria do vereador Valdemar Zimiani - Altera a lei nº 4.994/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (zona azul) e dá outras providências, isentando do pagamento da taxa do estacionamento rotativo as vagas destinadas aos idosos e deficientes. **PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.**

ITEM II - Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluindo pela Inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 05/2016, de autoria do vereador Júlio Marcondes de Moura Filho - Dispõe sobre a obrigatoriedade do município de Garça publicar anualmente a lista de classificação geral para atribuição de classes, aulas e unidade escolar para o ano letivo subsequente, respeitando-se os prazos legais durante todo o processo de inscrição, classificação e data de atribuição e suas respectivas divulgações. **PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.**

ITEM III - Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, de autoria da Mesa Diretora - Institui o Auxílio Alimentação no âmbito do Poder Legislativo e dá outras providências. **PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.**

ITEM IV - Projeto de Lei Complementar nº 03/2016, de autoria da Mesa Diretora - Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Garça e dá outras providências. **PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.**

Secretaria da Câmara Municipal de Garça, 04 de março de 2016.

Adamir Maurício de Barros
PRESIDENTE

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

- Alexandre de Araújo Lamattina -
DIRETOR LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

Rua Barão do Rio Branco nº 131 – Centro – Cep 17400-000
Fones: (14) 3471.0950 / 3471.1308 – Fax: (14) 3471.0950
Home Page: www.cmgarca.sp.gov.br - E-mail: camara@cmgarca.sp.gov.br

VOTAÇÃO NOMINAL

Parecer da C.C.J.R nº 103/2015 (PL69/15), conforme dispõe o artigo 249, parágrafo ___ do inciso___ do Regimento Interno, foi submetido(a) à única *VOTAÇÃO NOMINAL* na 6ª Sessão Ordinária, realizada em 07 de março de 2016 obtendo-se o resultado seguinte:

	VOTAÇÃO GLOBAL	VOTAÇÃO ARTIGO P/ ARTIGO			
VEREADOR	SIM NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO	SIM/NÃO
1. Ademar Salvador	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
2. Antônio Franco dos Santos "Bacana"	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
3. Eli da Eligás	(8)....( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
4. Francisco Christóforo Júnior	(8)....( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
5. José Ap. da Silva "Zelito"	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
6. Júlio Marcondes de Moura Filho	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
7. Luizinho Barbeiro	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
8. Maurício Massao Ogawa	(7)....( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
9. Patrícia Morato Marangão	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
10. Paulo André Faneco	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
11. Valdemar Zimiani	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
12. Vanderlei Ferreira	( )....(7)	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )
13. ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS	( )....( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )	( ) ( )

RESULTADO:

(8) REJEITADO POR ( ) UNANIMIDADE (7) MAIORIA DE VOTOS ( ) INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

( ) APROVADO POR ( ) UNANIMIDADE ( ) MAIORIA DE VOTOS ( ) INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

S. Sessões, 07 de março de 2016

- Secretário -

OBSERVAÇÕES: De acordo com o artigo 52, parágrafo___, inciso___do Regimento Interno, o quórum exigido para a aprovação desta matéria é o da ( ) maioria absoluta / ( ) maioria qualificada.

Requerimento

Venho através deste solicitar a retirada do Projeto de Lei n° 69/2015, de minha autoria, que altera a lei nº 4.994/2015, que dispõe sobre a criação do estacionamento regulamentado de veículos automotores em vias e logradouros públicos (zona azul) e dá outras providências, isentando do pagamento da taxa do estacionamento rotativo as vagas destinadas aos idosos e deficientes. Tal retirada, se faz necessária para que se proceda maiores estudos sobre o assunto.

Atenciosamente, 22/06/2016

VALDEMAR ZIMIANI

Vereador